

Diálogos entre o capital e os sexos¹

Tania Mara Galli Fonseca

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Instituto de Psicologia/
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional.

Resumo

Este artigo analisa algumas articulações entre trabalho, educação e gênero considerando-os como agenciadores do modo capitalista de produção de bens, serviços e homens. Trata de estabelecer alguns parâmetros para a análise, tanto das vivências operárias enquanto expressões de subjetividades sexuadas, quanto da própria gestão empresarial enquanto interlocução diferenciada e diferenciadora com os

Abstract

This article analyses some articulations among work, education and gender, considering them as agents of the capitalist way of producing goods, services and human beings. It establishes some parameters for the analysis of the working experiences of the labor force as they express sexuated subjectivities and of the entrepreneurial management as differentiated and differentiating dialogue with the sexuated workers.

¹ Dialogues between Capital and Gender.

trabalhadores sexuados. Capitalismo e patriarcado constituem desta maneira alianças que se manifestam nos diálogos entre o capital e os gêneros, que imprimem, como eixos estruturados e estruturantes das relações sociais e de produção, distinções às práticas operárias e gestoras.

Palavras-chaves: trabalho; educação; gênero.

Capitalism and patriarchy constitute thus alliances which appear in the dialogues between capital and the sexes, which work as structured and structuring axes of the social and production and production relations and print distinctions upon working and managerial practices.

Keywords: work; education; gender.

Homens e mulheres vivem no mundo. Produzem-no enquanto mundo humano e por ele são produzidos. Corpos e mentes moldam-se reciprocamente mediante construções de sistemas de representações e simbolismos que produzem os sentidos do ser-no-mundo. Representações, mentalidades, ideologias, simbolismos como resistentes ‘prisões de longa duração’.

Este trabalho parte da intenção de examinar mais de perto aquilo que o marxismo denomina de FORÇA de TRABALHO, reconhecendo que tal “força” inscreve-se como tal, no mundo produtivo, porque é capaz de realizar um trabalho, ou seja transforma-se ela própria em trabalho.

Comprando FORÇA de TRABALHO (que não é igual ao próprio, mas o seu potencial), o capital trata de estabelecer seu modo de produção a fim de ver garantidos seus objetivos de modo de produção de valorização e de acumulação. Organizando o “setting” industrial dos pontos-de-vista técnico, objetivo e/ou subjetivo, estabelece linguagens no interior da fábrica - uma espécie de interlocução - fundamentada na disciplinarização e controle dos trabalhadores.

Tais trabalhadores, portanto, constituem-se nos próprios alvos concretos, enquanto produtores, não se reduzindo, contudo, a uma categoria universal homogênea. Devem ser reconhecidos como sujeitos

portadores de diferenças. Assim, sistemas, como o de gênero e o de raça, realçam-se, no mínimo por suas evidentes aparências diferenciadoras. Não se trata, no entanto, de examinar, neste ensaio, o nível de aparências e sim de, através delas, tornar possível o acesso a duas compreensões importantes:

1 - a da vivência operária enquanto subjetividade sexuada;

2 - a da própria gestão em sua interlocução diferenciada enquanto se dirige a trabalhadores sexuais.

Este ensaio encaixa-se, portanto, na ordem dos estudos que apotam para fatores não econômicos e não tecnológicos na origem da produtividade, fundamentando-se na necessidade de restabelecer os laços entre o que foi separado, tanto pela análise econômica quanto pela sociologia do trabalho (HIRATA, 1989). Pressupõe que as formas de produção capitalistas avançadas “dialogam” diferentemente com os sexos no trabalho, na busca incansável pela manutenção de sua hegemonia, cujo último fim é o da extração intensificada de mais-trabalho com vistas à mais-valia.

A intensificação da jornada, e dentro desta, dos ritmos, a economia dos gestos com vistas à redução dos tempos, a sincronização de movimentos, sem se esquecer a importante fragmentação das atividades entre sua concepção e sua execução, exemplificam alguns arcabouços operatórios dentro dos quais os trabalhadores, reduzidos a parcelas de si próprios, tomam-se meros adjuntos das máquinas, estas também parciais.

Assim, a domesticação dos corpos, a desqualificação ou mesmo o impedimento de qualificação, o estabelecimento de modos organizativos que apelam à participação interessada e interesseira, a formação do coletivo de trabalhadores e os níveis e espécies de participação dos mesmos em tal formação necessitam ser olhados desde o lugar das diferenças entre os trabalhadores, visto que os mesmos produzem a partir de uma subjetividade particular, modos e meios diversos de se conformar e de resistir.

A complexidade da matriz social como ferramenta analítica: um ponto de partida.

A precisão do lugar da proposta deste ensaio deve ser encontrada “tal como a sua ponta fina”, no âmbito macro-estrutural da divisão social. Tal divisão, produzida e reproduzida no cotidiano da vida das pessoas

traz em si a inerência de articular os níveis macro e micro, entendendo-se que as relações sociais produzem-se na prática concreta das interações entre aquelas pessoas que são atravessadas e estruturadas pelo que está instituído no contexto sócio-econômico-cultural no qual se inserem.

Se, de um lado, está o reconhecimento de que esta espécie de “herança” se internaliza nos sujeitos sociais, do outro, trata-se, também, de reconhecer a coexistência de diferentes bases potencialmente engendradoras da matriz social. Matriz de natureza polifônica que se abre para a complexidade e para a multivocidade. Do totalizante aos fragmentos possíveis de fazer escutar os “ocultos” e os “invisíveis” não evidenciados pela outra espécie de matriz, a unívoca, inspirada na lógica positivista e cartesiana.

Trata-se, ainda, de admitir a história tecida no cotidiano da vida, e dar conta de como os seres humanos produzem a sua própria existência e a sua vivência das bases materiais da vida. Assim, “a formação do olhar científico” desejoso de produzir conhecimento de um lado, e de desvendar a genealogia das relações sociais, por outro, necessita da qualidade do ser “transverso” (LAPASSADE, 1983). Admitindo, pois, o inter cruzamento de múltiplos, a história passa a ser conhecida com atributos de ser composta e flutuante. A análise de THOMPSON (1981:57) aponta para os “crimes” que se cometem contra a realidade. Diz ele:

Nenhuma categoria histórica foi mais incompreendida, atormentada, transfixada e deshistorizada do que a categoria de classe; uma formação histórica auto-definida, que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta, foi reduzida a uma categoria estática ou a um efeito de uma estrutura ulterior das quais os homens não são os autores mas os vetores.

Com tal raciocínio propõe-se a analisar os fatos históricos em termos da especificidade que caracteriza as relações entre as mais diversas atividades, e descobrir a lógica deste processo e a racionalidade de sua causação. Embora THOMPSON tenha dedicado sua atenção à formação de classe, parece legítimo identificar sua argumentação como válida para outras categorias, nas quais se inclui a de gênero.

Sendo nossa sociedade capitalista, patriarcal e racista (e com isto não se esgota a relação dos atravessamentos que a constituem) seria importante reconhecer a simbiose de tais sistemas, não redutíveis uns aos outros, mas ao contrário, complementares. Tal reconhecimento poderia vir a constituir-se em importante ferramenta analítica para captar

o “tom” do que denominei anteriormente de “polifonia”, no âmbito macro-estrutural, bem como as particularidades capazes de diferenciar “instrumentos”, mesmo que regidos pela mesma “batuta”.

Esta análise deve distanciar-se daquele enfoque que concebe os seres humanos tão somente como meros instrumentos da consecução da ordem social, capacitados exclusivamente para a sua reprodução. Implica no reconhecimento de que as relações de poder imbricadas nos processos de produção da existência real, não são absolutas e unidirecionais, a ponto de negar por completo a sua própria existência relacional e sua dimensionalidade humana. É Joan Scott (1990:14) que auxilia, quando diz:

Enfim, temos necessidade de substituir a noção de um poder social unificado, coerente e centralizado (...) No interior desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de agente humano, como esforço para construir uma identidade(...) e contém a possibilidade de negação, de resistência, de reinterpretção, de jogo de invenção metafórica e de imaginação.

Esta análise, instrumentada por uma matriz complexa e fluante de diversos sistemas sociais interagentes, não falaria de subordinações de um ao outro, e sim de suas interdependências, cumplicidades e tensões. Tampouco trataria de olhar cada sistema em si mesmo sob a ilusão de ser dotado de coerência interna, ou ainda, como sendo as “fatias” de uma realidade social fragmentada (ARNOT, 1987; SAFFIOTI, 1990).

A tarefa não é, pois, fácil: consiste em desconstruir a razão cartesiana em sua totalidade e impedir que seu caráter invasivo, enraizado ao longo de séculos, venha penetrar tentativas de focalizar antropológica e dialeticamente os fenômenos sociais (SAFFIOTI, 1990:38). E ainda, (...) pode-se desconstruir - reconstruir o conceito de objetividade e, negando a oposição entre objetividade e subjetividade, afirmar que as relações dialéticas entre ambos permitem discernir entre o investimento objetivo e a ilusão objetiva (SAFFIOTI, 1990:41).

A base epistemológica implicada em tal proposta não deve ser tomada como fruto da necessidade de “aproximações da verdade” que possam vir a ser entrelaçadas, mas como instigadora parcial e permanente

de ruptura e de deslindamentos, dos esquemas dominantes de representação. É daí que se constitui, portanto, a dimensão política deste fazer científico que não deslizando para uma oposição entre os planos material e simbólico, venha a construir sentidos ao fato da subordinação das mulheres aos homens, bem como, ao fato da solidariedade entre os homens, apesar de sua classe social, no que diz respeito ao exercício de domínio sobre as mulheres. Os esforços devem ser lidos a partir da vontade política de cientistas sociais que sabem que reconhecer não é conhecer.

Assim, têm-se de um lado as análises originadas do movimento feminista que definindo a mulher enquanto corpo toma o poder dos homens sobre as mulheres como uma estrutura autônoma e fundamental das relações sociais. Autônoma no sentido de que não é derivada das exigências de qualquer outra estrutura; fundamental no sentido de que é (ou expressa) um princípio organizador que rege grande parte da vida social.

Nesta perspectiva,

a subordinação se entende como um processo criado e recriado diariamente através da vida das mulheres. Chega-se ao conhecimento dos sutis mecanismos de poder que criam a subordinação como consenso através da feminilidade, aprendizagem que leva a cabo a mulher-corpo (BRINGAS, 1986:68).

Por outro lado, encontram-se as análises de tradição marxista, que analisam a divisão social e conseqüentemente as relações entre os gêneros, tão somente, desde o lugar econômico das relações capitalistas de produção. De tais relações, ter-se-ia originado a propriedade privada, resultando a origem da família enquanto unidade econômica (consumidora e proprietária), como a conseqüente transformação da organização do trabalho feminino (reduzido, então, quase que exclusivamente à esfera de trabalho) e ao uso familiar com vistas à reprodução da força de trabalho) e genericamente a relação de propriedade em classes e sexos (ENGELS, 1987). As análises marxistas pretendem explicar a estrutura de poder sexual a partir de seu vínculo com a economia política da sociedade capitalista. Tal tradição define a mulher enquanto trabalho, e:

considera a subordinação como um sistema de opressão que delimita posições instituídas que falam da quantidade de poder que guardam os homens e as instituições patriarcais em relação

com a carência de poder da mulher. A estrutura de poder, nesse sentido, entende-se como epifenômeno das relações econômicas (BRINGAS, 1986:69).

A divisão sexual do trabalho passa ao estatuto de categoria de análise da própria dinâmica do capitalismo enquanto empenhado em dividir a força de trabalho e obter assim salários mais baixos e um exército reserva de mão-de-obra, ao mesmo tempo que obtém uma manutenção e uma reprodução baratas (física e ideológica) da força de trabalho. Assim, a divisão sexual do trabalho é vista como parte da estratégia capitalista, e seu estudo torna-se indispensável para a compreensão da sociedade de classes. Vê-se, assim, que a síntese dos estudos do feminismo marxista “trata o patriarcado como uma estrutura truncada, seja como não fazendo parte da esfera de produção de forma alguma, ou como confinada a tipos muito limitados de produção (CONNEL, 1990:88).

Diante do exposto, limita-se a percepção tão somente aos extremos de um gradiente, onde um dos pólos é ocupado pelo feminismo radical e o outro pelo feminismo marxista. Nota-se em ambos, como elemento comum, o uso excessivo da lógica centralista tentando organizar o campo inteiro em torno de um princípio regente: determinação biológica dos papéis masculinos e femininos ou a determinação econômica dos mesmos, respectivamente.

Tais polarizações, por sua vez, impuseram dificuldades, visto não darem conta da necessidade de distinguir entre a subordinação das mulheres como sexo e opressão da classe.

As teorizações sobre o patriarcado foram produzidas a partir da lógica exclusão, dando a entender a existência de uma causa dominante para explicar a subordinação das mulheres.

Assim, a palavra patriarcado nos deixa com dois sistemas separados. Temos o patriarcado oprimindo as mulheres e o capitalismo oprimindo os trabalhadores. Temos a reprodução biológica por um lado e o trabalho de outro. temos a ideologia do patriarcado oposto ao modo de produção, o qual se vê como assunto puramente econômico (ROWBOTHAM, 1990:16).

Tal conjunto notavelmente simplificado e simplificador de categorias é criticado por CONNELL (1990:89/90):

Como regra geral, devemos esperar descobrir as categorias

definidas pelo patriarcado como sendo uma massa em agitação de diferenciações internas, complexidades e contradições; como tendo estruturas de poder tanto dentro delas quanto entre elas; e como sendo redefinidas não apenas por lutas entre agrupamentos importantes, mas pelo equilíbrio mutante de forças dentro dela. A análise de sua produção social (pode somente ser) a história de um conjunto contínuo de práticas, nas quais distinções são feitas e sustentadas, o poder exercido e as pessoas formadas. Não existe nenhuma forma pela qual essas práticas possam prosseguir num isolamento anti-séptico daqueles que produzem as categorias de outras estruturas, tal como a classe. Pelo contrário, sabemos que elas reagem juntas nos mínimos detalhes da vida pessoal.

Tal raciocínio, como se vê, não parece aplicável somente ao patriarcado, podendo ser transferido como reconstrutor do próprio conceito de classe social, o qual também parece ter sido “asfixiado” por tendências funcionalistas, que eludiram a história (conforme THOMPSON anteriormente citado).

É, portanto, no bojo da Nova História, que se nomeia de gênero uma categoria útil para analisar a ordem patriarcal. Produz-se uma teoria baseada na interação de diferentes estruturas (produção, reprodução, sexualidade e socialização de crianças), cada uma com sua própria trajetória histórica e movendo-se em ritmos diferentes como uma unidade, não lógicas mas históricas.

Sendo que “gênero tanto é substituto para mulheres como é igualmente utilizado para sugerir que a informação sobre o assunto “mulheres” é necessariamente informação sobre os homens” (SCOTT, 1990:7) sua utilização como categoria de análise parece precisa para tratar sobre o sexo no trabalho.

Como categoria social imposta a um corpo sexuado, o termo gênero é uma maneira de falar de sistemas de relações sociais, ou entre os sexos, e faz parte da reivindicação por certas definições a respeito das inadequações das teorias existentes em explicar as desigualdades persistentes entre homens e mulheres. Com a categoria gênero envolve-se na pesquisa que busca uma explicação significativa.

A teorização adotada, neste trabalho, é a de Joan Scott (1990:14) que pode ser assim sintetizada:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas

subjacentes: são ligadas entre si, mas devem ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, e é o primeiro modo de dar significado às relações de poder.

O gênero implica em quatro elementos:

- 1) os símbolos culturalmente disponíveis;
- 2) os conceitos normativos que evidenciam as interpretações do sentido dos símbolos;
- 3) as instituições e as organizações sociais (trabalho, educação, política, religião);
- 4) a identidade subjetiva.

Para SCOTT, tal esboço sobre o processo de construção das relações de gênero poderia também ser utilizado para examinar a classe e a etnia.

Gênero é um campo, o primeiro, no seio do qual o poder é articulado, sendo um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.

O conceito dá suporte para que se veja que as relações sexo/gênero não se limitam à família, pois não somos só seres/sexo na família e seres/classe na comunidade.

Nós pensamos que o gênero e as posições sociais respectivas de homens e mulheres, não é construído sobre a categoria (aparentemente) natural do sexo; mas, ao contrário, o sexo tornou-se, fato pertinente, e portanto uma categoria da percepção, a partir da criação da categoria de gênero, isto é, de divisão da comunidade em dois grupos antagonistas, dos quais um oprime o outro, os homens e as mulheres (DELPHY apud SAFFIOTI, 1990:15).

Esta abordagem ressalta a idéia de que o sexo sendo socialmente modelado, não se origina subitamente num certo momento no tempo, depois do qual adquire forma fixa. Ele próprio, o gênero, é “uma maneira contemporânea de organizar normas culturais, passadas e futuras, um modo de a pessoa situar-se em e através dessas normas, um estilo ativo de viver o corpo no mundo.

(...) Escolher um gênero consiste em interpretar recebidas normas de gênero de forma a reproduzi-las e organizá-las de novo. O gênero é mais um tácito projeto de renovar a história cultural de acordo com os termos corporais próprios de cada pessoa do que um ato radical de criação (SAFFIOTI, 1990:13).

A construção do gênero deve ser vista como um processo constante de “conservação-dissolução”, “in flux”, (BETTELHEIM apud SAFFIOTI, 1990:14), já que gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas.

É posição deste ensaio, que não se produzam estreitamentos de compreensão e tampouco hierarquizações de categorias, reconhecendo-se como legítimo o fato de que a sociedade possui estruturas (produzidas e produtoras), de que tais estruturas pertencem a diversas ordens (no caso a econômica e a patriarcal), que são interpretadas e reinterpretadas historicamente, sendo determinadas pelas e determinantes das próprias relações sociais.

Portanto, torna-se inclusive legítimo pensar que o mesmo substrato argumentativo desenvolvido para a categoria gênero, é válido também para a categoria classe, embora se reconheça ser esta da ordem exclusiva da história social e cultural, enquanto aquela, por seu embutido conteúdo biológico, tem mais dificuldades de se ver apenas como criação sócio-cultural. Por outro lado, não é demais salientar que enquanto classe social é o nome diretamente implicado com a questão da economia e as relações de produção, o gênero implica-se e origina-se da ordem patriarcal e das relações entre homens e mulheres. Alguma incursão, entretanto, no campo da classe se torna desafiante.

É em THOMPSON que se encontra uma habilidade para não des-historicizar o conceito. Argumenta que:

as classes se estruturam à medida em que as pessoas experienciam suas vidas em termos de classe. As pessoas definem sua classe à medida em que vivem sua própria história. Para ele, classe existe quando algumas pessoas, como resultado de experiências comuns, sentem e articulam a identidade de seus interesses que se fossem próprios, de uma parte, e contra outras pessoas cujos interesses são diferentes ou opostos aos deles, por outra parte” (Apud GUARESCHI, 1991:21).

É nítida aqui a intenção do autor em evidenciar o processo de formação de classe a partir das próprias relações sociais. Torna-se claro o raciocínio de que a classe é construída dentro das relações sociais, sendo também construtora das mesmas. No entanto, tem-se de admitir que, embora trabalhando dialeticamente, THOMPSON se inscreve dentro do marxismo e por isso não leva em conta a existência articulada de outras dimensões e estruturas que inclusive influenciam no próprio processo de formação da classe, a partir da vivência das pessoas enquanto seres-trabalho-corpo. A classe torna-se a contemplada central e é a partir dela que se estruturarão as relações sociais de poder.

Em GUARESCHI (1991:31) ainda pode-se encontrar uma sistematização compacta de parte do pensamento de BOURDIEU, a qual animou a perspectiva de articulação proposta entre classe e gênero.

Para o autor, “o enfoque geral de BOURDIEU é de que em toda a sociedade há diferentes tipos de recursos” que dão às pessoas poder de se apropriar de certos frutos. A base de relações de poder é a distribuição desigual desses recursos. BOURDIEU chama de “capital” a estes recursos, os quais divide em vários tipos: econômico, cultural, social e simbólico. Esses vários tipos podem intercambiar-se mutuamente.

As classes podem constituir-se à base de qualquer uma dessas formas de “capital”, não apenas capital econômico. Quando tais “condições de existência comuns” se combinam com um conjunto comum de disposições subjetivas, elas tornam-se classes, propriamente ditas. Ao conjunto comum de disposições, BOURDIEU chama de “habitus” de classe.

Percebe-se, portanto, que, para BOURDIEU, “o sujeito não é o ego instantâneo de uma espécie de cogito singular, mas o traço individual de toda uma história coletiva” (BOURDIEU, 1990: 131).

Discussões pormenorizadas e precisas, contudo, necessitam de maior entendimento. Assim, para evitar vulgarização e banalização das idéias de autores tão importantes como os anteriormente referidos, limita-se a sua utilização, tão somente, para realçar a importância que atribuem ao processo de formação de classe, e a sua posição quanto à sua dinamicidade e historicidade.

Até aqui, enfim, as análises escolhidas e contempladas apontam, de uma forma geral, para o fato de que a dinâmica das relações sociais, vista do ponto-de-vista de classe e de gênero, se envolve diretamente na

concepção e na construção do próprio poder. Ou seja, como determinantes qualitativos importantes dos limites das possibilidades de homens e mulheres enquanto sujeitos sociais. Demarcam a posição dos mesmos no processo global de produção (produção, distribuição, troca e consumo) instrumentando-se de mecanismos de exploração e dominação articulados, a fim de garantir a sua reprodução.

A articulação classe-gênero como constituinte do processo de construção de subjetividades permite por um lado compreender que o próprio processo de ocupação dos lugares da hierarquia social não se dá por mero acaso e tampouco por (de) méritos pessoais, necessitando ser discutida desde a forma como as ideologias hegemônicas interpelam os sujeitos, desde sua subjetividade ideologizada, construindo desta forma seus próprios padrões coletivos e particulares de se conformar e de resistir. Segundo HARTMANN (1981:18),

o desenvolvimento capitalista cria os lugares para uma hierarquia de trabalhadores, mas as tradicionais categorias marxistas não podem nos dizer quem preencherá aqueles lugares: gênero e raça. ou seja, hierarquias de gênero e raça, determinam quem preenche os lugares vazios.

Permite ainda a consideração de que como categorias constitutivas dos sujeitos sociais, classe e gênero, imbricam-se com a própria construção psíquica dos mesmos, atravessam sua corporalidade biologicamente sexuada conferindo-lhe a condição de masculino e feminino, transcendendo desta forma, até mesmo o significado do “estar” na classe ou no “gênero” passando a assumir o “ser” mesmo constitutivo de sua condição social.

Capitalismo e patriarcado são formas mutuamente constitutivas de dominação, uma dimensão do outro: gênero e relações sociais de gênero são integrantes da organização social de classe e, similarmente, a classe é constitutiva de gênero (SHAVER apud SAFFIOTI, 1990:25).

Equivale considerar que ambos os sistemas, enquanto organizadores e estruturadores da vida social, produzem suas ideologias, as quais têm profundas raízes na subjetividade dos agentes sociais, o que leva a considerar a existência de um outro âmbito de produção social, que não exclusivamente econômico, o de produtos - o âmbito da produção

social dos seres humanos.

Se as análises sistematizadas até aqui puderam constituir este ponto de chegada, é certo que o processo de discussão deve continuar, visto ainda não ter alcançado, tal como “ponta fina” à problemática proposta neste ensaio.

Produção social de produtos e de seres humanos: uma articulação entre trabalho e educação.

Nascemos macho e fêmea, sexos biológicos, mas nos criamos homens e mulheres, gêneros socialmente reconhecidos. Esta forma de “criação” social dos seres humanos (reprodução social) é o segundo aspecto do modo de produção do qual falou ENGELS: “a produção de seres humanos, a propagação da espécie” (HARTMANN, 1981:16).

Entrelaçados em simbiose, capitalismo e patriarcado servem-se mutuamente, articulam-se engenhosamente na produção de dinâmicas que garantam que através da estratificação social (hierarquias de classe e de gênero) se cumpra e se mantenha de um lado o processo de acumulação de excedente, extraído na exploração e por outro se mantenha a subordinação de um sexo ao outro, na dominação.

As unidades da produção e da reprodução aparecem indissociáveis e por curioso que possa parecer, a lógica de sua relação se apresenta invertida: enquanto fosse lógico supor que a primeira fosse submetida à segunda, como o meio ao fim, é o inverso que se produz historicamente, sendo as modalidades de produção que determinavam e ainda determinam as modalidades de reprodução.

Pensar no modo capitalista de produção significa, portanto, no mínimo compreendê-lo também como “forma educativa”, uma vez que se considera que sendo uma forma social, “o capitalismo existe no tempo, no espaço, na população, na História, e tece uma teia de milhões de fios; as condições de sua existência constituem uma complexa rede cujos fios pressupõem muitas outras. É devido a esta sólida e tangível existência, esta forma concreta produzida pela história que ele nos parece como “natural”, “inevitável” e “eterno” (BRAVERMANN, 1987:29).

Nascer, sempre foi e ainda hoje o é, estar inscrito como “juramentado”, ou seja, comprometido e implicado com circunstâncias e determinações específicas do grupo social de pertinência original, como também educar-se significa tornar-se a pessoa desejada, moldada pelo

desejo de outros. De alguma forma, pode-se pensar que o processo de socialização tem por finalidade produzir no próprio interior dos indivíduos o consenso em relação às ordens sociais que os juramentam como “cidadãos” do mundo dos homens.

Equipamentos sociais são construídos para abrigar as funções sociais de tal socialização; a Família, como instituição social primária, sede dos instintos e afetos, geradora do corpo e da mente de seus membros, é atravessada por princípios normativos que delineiam “o perfil” do “bom filho e da boa filha”.

Utilizando-se de toda a rede de influências afetivas da qual é constituída, exerce o poder de disciplinarização e controle da prole e demais membros, com vistas a moldá-los segundo “os desígnios sociais do que é direito e correto”. Em nome de Deus, em nome da Ciência, em nome da retidão de caráter, em nome da normalidade, em nome, enfim, da reprodução, constrói homens e mulheres a partir do que percebe consensual quanto à masculinidade e a feminilidade; incute-lhes, ao mesmo tempo, idéias hegemônicas quanto ao destino de classe, formando “o verdadeiro” e “necessário” caráter do futuro trabalhador.

Aprende-se a ser homem tanto quanto aprende-se a ser mulher; aprende-se outrossim, também a ser trabalhador. O nível de hierarquia das ocupações e dentre destas os dos postos de trabalho, vai ser determinado por intercruzamentos de categorias, devendo uma constatação empírica imediata, apontar para a pré-dominância de homens/ricos, ocupando os mais altos postos no mundo do trabalho (acrescentar-se aqui, ainda, brancos).

Mas, a família não faz sozinha tal trabalho. Ele também é contemplado no interior das escolas, que em sua organização como pedagogia, trazem tal qual um “currículo oculto” a missão de socializar, isto é, a função social de tratar de completar, de forma mais acabada, o processo já iniciado: incutir (por violências simbólicas e pelo exercício do poder entre quem ensina e quem aprende) a ideologia do mérito naqueles que aprendem, a ideologia da culpa e da vergonha nos que fracassam, distribuindo desigualmente os conhecimentos escolares quando de trata de alunos/meninos ou meninas, cultivando, de um lado, “a verdadeira” feminilidade, vocação de mãe dócil e tarefaira, quando diz respeito às esperadas retribuições; mulher-corpo e mulher-trabalho, feita mais de afeto do que de razão, cumprindo a profecia do “ideal de mulher” e de segundo sexo: do lar, do príncipe uma súdita, dos filhos uma santa

abnegada. Trabalhando sem computar riqueza, oculta na privacidade doméstica como na discrição de seus modos, um ser a quem não sobra quase nada do que se poderia chamar de cidadania; cultivando, de outro, “a verdadeira” masculinidade, vocação de “macho” feito para o mundo, para o trabalho, para a criação, não biológica, mas cultural; formado para pensar e mandar e mesmo que deva obedecer em algumas instâncias que lhe reste o reduto da relação com mulheres (no lar e no trabalho) para que exerça o domínio sobre elas e faça-se então homem. Trata, enfim, de erigir de vez subjetividades convenientes à própria reprodução da divisão social.

Família e escola, vistas de forma geral, constituindo-se, pois, em poderosos aparelhos ideológicos (no dizer althusseriano) com a finalidade de reproduzir, desde a vivência do corpo, as ideologias dominantes, com vistas a recriar, em cada indivíduo, a hegemonia das mesmas, obtendo, a partir de então, o seu necessário consentimento.

É verdade que estudos como o de WILLIS (1991), ANYON (1990), LOURO (1987), revelam o processo de resistência às ideologias, tanto de classe quanto de gênero, como também é verdade a existência de contradições nas mensagens sociais. Não se pode recusar, entretanto, que a origem de tais instituições e sua forma na sociedade contemporânea, encontra-se séria e gravemente imbricada com processos sócio-econômicos macro estruturais, nos quais prevalecem as ordens do capital e do patriarcado. Tal discussão é brilhantemente conduzida por Jurandir Freire Costa, em seu livro *Ordem Médica e Norma Familiar* (1989), como também por Júlia Varela, em artigo denominado *Genealogia de la Escuela* (1986). Ambos, desde o “locus” de suas análises, desvelam tanto a organização familiar quanto a da escola, como colocadas a serviço de uma cultura ideologizada; seja pela ordem médica e científica, quanto pela ordem religiosa, em que desempenham a função de transmissoras e de efetivas aplicadoras dos valores e ditames da sociedade capitalista e patriarcal.

A luta contra a preguiça, a internalização do “relógio moral”, a aceitação das hierarquias como naturais, o controle sobre o corpo, enquanto sede de paixões, o cultivo da obediência e da submissão à vigilância, do individualismo competitivo, da idéia messiânica da “salvação” como mérito de quem “cedo madrugada” e de quem “oferece a outra face”, enfim, de quem se conforma, são algumas das mensagens educativas oferecidas institucionalmente. Resta saber, como os sujeitos humanos as aprendem. É disto que tratam inúmeros estudos, não sendo

aqui o caso de mencioná-los e discuti-los.

Trata-se de saber como o mundo do trabalho produtivo, a esfera da produção de produtos, bens e serviços, interage com tais subjetividades. Algumas “mensagens educativas” mencionadas podem, na verdade, ser aplicadas aos sujeitos tão somente enquanto trabalhadores. Ou seja, desde que não se os considere enquanto seres sexuados, pode-se pensar que ambos, homens e mulheres, são educados dentro dos mesmos princípios e que convergem, ao seu final, para a formação de sujeitos ideologizados para a inserção na cultura do capital. Porém, uma vez considerando-se os gêneros como categoria importante para registrar diferenças tanto na forma de internalizar quanto na de re-produzir tais “desígnios de papel”, torna-se impositivo admitir, que como na família e na escola, o capital estabelece interlocução diferenciada, também no interior do trabalho/fábrica, levando à consecução primeira e última de realizar concretamente a base material do destino dos homens. Que se entre, pois, no processo de trabalho capitalista.

“A produção capitalista é tanto um processo de trabalho, ação humana com vistas à produção de valores de uso, quanto um processo de produção de valor que se auto-expande, de valorização” (MARX, Capital, I, in: SILVA, 1991:16). Sua base material reside na dupla dominação do capital sobre o trabalho: na forma de propriedade dos meios de produção e na forma de controle real sobre o processo de produção.

Se por um lado o capital é “dono” dos meios de produção, por outro, ele pode apenas, “comprar”, como mercadoria a força de trabalho, não sendo capaz de estabelecer definitivamente sua dominação sobre ela. Ele, no entanto, necessita:

de controle real do processo de trabalho porque “a separação formal do trabalhador dos meios de produção é cancelada, na realidade, pela forma material do processo de trabalho no qual, trabalhador, materiais e instrumentos são combinados (...) essa combinação precisa ser controlada pois passa a existir, a partir dela, a possibilidade de o processo ser inspirado por algum outro objetivo que não o da valorização e potencialmente em conflito com ele (BRIGHTON... apud SILVA, 1991:17).

Esclarece-se, desta forma, que para que as relações capitalistas se efetivem e se desenvolvam adequadamente é necessário obter consenso no interior da fábrica, o qual combatendo e opondo-se ao conflito e à

não-correspondência, procura garantir, através da dominação dos próprios sujeitos econômicos materiais, também a sua exploração, para que produzam um valor maior que o valor de sua força de trabalho. Estabelece-se, assim, uma relação econômica de dominação e subordinação, pois é o capitalista quem consome a força de trabalho e, portanto, quem a supervisiona e organiza, procurando fazer “tampões” em toda a “porosidade” do trabalho real, combinando-os com o uso econômico das condições de trabalho, fazendo tudo funcionar de forma a que o produto contenha apenas o tempo de trabalho socialmente necessário.

Assim, o processo de trabalho capitalista é aquela forma específica de trabalhador coletivo baseada na maquinofatura na qual o capital, tendo o monopólio do conhecimento e do poder sobre as relações entre o trabalhador e os meios de produção, usa este poder, essa dominação real a fim de fazer valer o objetivo da valorização (opus citat, SILVA 1991:27).

O capital possui poder para relacionar e desenvolver a maquinaria e outras tecnologias envolvidas no trabalho, como tem (e deve ter) o poder de planejar a organização social da produção dentro da empresa. Deve, assim, organizar não apenas seus aspectos objetivos (máquinas e tecnologia) como também um sistema de relações de poder (relações sociais hierárquicas), cuja função é a de definir e fazer valer a disciplina do processo de trabalho. Organiza as máquinas, adota tecnologia do processo de fabricação, divide o trabalho, organiza os trabalhadores parcelares à serviço das referidas máquinas, hierarquiza o poder, definindo quem faz o quê, impõe a velocidade e os ritmos, intensifica a produção ao trabalhador em virtude de seu poder para projetar - e, então, impor - normas e esquemas de pagamento para a realização das tarefas e seus padrões de qualidade. Tal poder do capital sobre o trabalho se agiganta quando se considera a atual compulsoriedade para vender a força de trabalho, para sobreviver. Sua materialização se dá na própria organização concreta da produção, a qual se caracteriza por:

- a) divisão entre trabalho intelectual e manual;
- b) controle hierárquico;
- c) fragmentação/desqualificação do trabalho (esta é a abordagem proposta no artigo do BRIGHTON ... apud SILVA, 1991).

- Divisão entre trabalho intelectual e manual como imanente ao processo de trabalho capitalista constitui uma aspecto do monopólio do

capital: apropriação do saber e do conhecimento e o poder de projetar sistemas de produção. Não diz respeito, como vulgarmente pode se pensar (e se pensa), a divisão entre funções mentais e físicas do organismo humano, pois é sabido que todo trabalho humano tanto envolve a mente como o corpo. A divisão que importa e é precisa, portanto, é aquela existente entre aqueles que produzem ou aplicam conhecimento científico nos sistemas de produção e os que cuja relação com o sistema produtivo é calculada, padronizada e especificada previamente pelo capital.

- A hierarquia serve ao controle: controle para disciplinar, distribuir tarefas, punir as irresponsabilidades, intensificar os ritmos. Se por um lado, o capital reconhece que o trabalhador não é uma máquina, e por isso o paga e/ou o penaliza, ele ao mesmo tempo se impõe como comando (a valorização no comando), construindo hierarquias que garantam a informação sobre o desempenho de cada trabalhador individual. É certo reconhecer que o capital não poderá alocar suas recompensas e punições se não estiver devidamente informado.

- Fragmentação e desqualificação do trabalho: a desqualificação aparece como característica inerente porque o capital deve visar ter funções de trabalho que sejam rotinas calculáveis, padronizáveis, porque este trabalho deve ser executado à velocidade máxima e com o mínimo de “porosidade” e porque o capital quer força de trabalho que seja barata e facilmente substituível (BRIGHTON... apud SILVA, 1991:35).

Explicitar o que é essencial à noção de desqualificação contudo é difícil. Diversos estudos, tal como o de BRIGHTON..., como os de SILVA (1991, 1991b) e o de FRIGOTTO (1991), dedicam-se a tal análise, não cabendo, contudo, para os fins do presente texto e da questão proposta suas diretas referências.

O capital, portanto, não se concretiza enquanto no “plano de ação, no papel”, ele se materializa na ação propriamente dita com todos os seus componentes/instrumentos, podendo-se pensá-lo como eminentemente relacional, e inerentemente estabelecedor de relações antagônicas. Produtor do inerentemente estabelecedor de relações antagônicas. Produtor do trabalho alienado, separa a mão do cérebro, como a mais decisiva medida na divisão do trabalho (BRAVERMANN, 1987), operando de modo que a concepção seja concentrada, tanto quanto possível, em grupos cada vez mais restritos dentro da gerência ou associados a ela. A produção se apresenta fragmentada em duas e depende das atividades de ambos os grupos: os gestores e os produtores

propriamente ditos.

Como foi visto, o modo de produção capitalista não é exclusivo à produção de valores de uso, também produz valores de troca. Neste bidimensionamento, o próprio trabalhador, enquanto potencial de trabalho, é convertido em mercadoria que se troca ou vende, no âmbito da fábrica por um pagamento que, em geral, não lhe é suficiente sequer para repor-lhe as forças para sobreviver. Expropriado historicamente dos meios de produção e logo após de seu próprio saber-fazer, ao trabalhador moderno não resta alternativa senão a da compulsoriedade de empregar-se ao capital. Não importa em que ocupação. Todos já se encontram devidamente instruídos pela ordem do trabalho alienante.

Os gestores, enquanto voz de valorização no comando, dialogam com a força de trabalho, e a reconhecem desde a sua dimensão subjetiva. Em seus intentos, enquanto cérebro, voz e olhos de fábrica, que planejam, dizem e vêem e se apropriam de informações “úteis”, a fim de alocar suas sanções aos trabalhadores individuais, eles recorrem e se beneficiam, em nome do capital de uma espécie de usufruto daquele longo processo de educação, tanto no sentido do conhecimento, quanto no sentido da própria socialização, que construiu os trabalhadores como seres subjetivados.

Assim, desde que se considere que a relação de trabalho como interação envolve subjetividades, sendo gênero uma de suas dimensões:

- a) desde que se reconheça que o capital é forçado a tratar o trabalhador de forma subjetiva (isto é, no interesse da eficiência, é forçado a levar em consideração a especificidade do trabalhador, distinguindo-o da máquina);
- b) desde que se estabeleça conexões entre trabalho e educação, “seria pertinente falar em uma linguagem de gestão, que trabalha com estratégias e significados sexuais?” (LOBO, 1990:10) e ainda;
- c) seria pertinente reconhecer como sexuais as vivências operárias no sentido das formas de se deixarem interpelar, dominar e explorar pelo capital? Possuem os trabalhadores, enquanto sujeitos sexuais, diferentes modos de construir, seja na acomodação como na resistência, padrões particulares de reação/ação no seio das relações de produção? Como, em contrapartida a classe é vivida pelos gêneros e os gêneros vividos pela classe?

Especificando melhor, como se estruturam e evidenciam, diferenciadamente, os modos de interação dos trabalhadores e das trabalhadoras no que diz respeito a: divisão entre trabalho intelectual e manual, controle hierárquico e fragmentação/desqualificação do trabalho, e como tais modos falam, a partir dos próprios sujeitos, da própria reprodução social e cultural?

Torna-se justo realçar a existência de respostas sobre tais questionamentos, contempladas nos estudos de LOBO (1990), HIRATA (1976,1979), KERGOAT (s/d), ZARIFIAN (s/d) e muitos outros. Não se construiu, contudo, uma teoria de articulação capitalismo e patriarcado. Esta está por ser feita. E parece que já começou a sê-lo.

Referências bibliográficas

- ANYON, J. Interseções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres às ideologias de papéis sexuais. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo. 1990, p.13-25.
- ARNOT, H. La hegemonia masculina, las classes sociales y la educacion de la mujer. In: *Tempora*. (9), jan./jun. 1987.
- BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo : Brasiliense. 1990.
- BRAVERMANN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro : Guanabara. 1987.
- BRINGAS, A. S. Marxismo y feminismo: mujer - trabalho. In: *Nueva Antropologia*. México. 1986, v. VIII, n. 30.
- CONNELL, R. W. Como teorizar o patriarcado. In: *Educação e Realidade*. 1990, v. 16, n. 2, p. 85-93, jul./dez.
- COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro : Graal. 1989.
- ENGELS, F. *A origem da familia, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. 1987.
- FRIGOTTO, G. Trabalho, Educação e Tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica? In: *SILVA, T. T. (org.) . Trabalho, Educação e Prática Social*. Porto Alegre : Artes. Médicas. 1991, p. 254-273.
- GUARESCHI, P. Sem título. 1991 (Mimeo).
- HARTMANN, H. The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union. In: SARGENT, L. (ed.). *Women*

- and revulution: a discussion od the unhappy marriage of marxism and feminism.* Boston : South and Press. 1981, p.1-42.
- HIRATA, H. Subjetividade e produtividade. Indivíduo e coletivo no processo de trabalho. In: *Seminário Internacional "Políticas de gestão, relações de trabalho e produção simbólica"*. São Paulo, 1989. (Mimeo).
- _____. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: COMBES, D. e outros. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1987, p.79-84.
- KERGOAT, D. *Lutas operárias e relações de sexo: sobre a construção do sujeito coletivo no universo de trabalho operário*. (Mimeo, sem data).
- LAPASSADE, G. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro : Francisco Alves. 2a. ed. 1983.
- LOBO, E. S. O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho. In: *Seminário "Estudos sobre Mulher no Brasil: avaliação e perspectivas"*. São Paulo : Fundação Carlos Chagas. 1990. (Mimeo).
- LOURO, G. L. *Prendas e anti-prendas*. Porto Alegre : EDUFRGS. 1987.
- ROWBOTHAM, S. Lo malo del patriarcado. In: *Educación e Realidade*. 1990, v. 16 n. 2.
- ROSADO, M. Z. & LAMPHERE, L. (Coord.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1979.
- SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: *Seminário Estudos sobre Mulher no Brasil: avaliação e perspectivas*. São Paulo : Fundação Carlos Chagas, nov. 1990.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educación e Realidade*. 1990, v.16, n.2, p.5-22.
- SILVA, T. T. Produção, educação e conhecimento: Qual é a conexão? In: SILVA, T. T. (Org.). *Trabalho, Educação e Prática Social*. Porto Alegre : Artes Médicas. 1991, p. 217:229.
- _____. (Org.). *Trabalho, Educação e Prática Social*. Porto Alegre : Artes Médicas. 1991.
- _____. *Divisão do trabalho, novas tecnologias, qualificação e educação*. 1991b. (Mimeo).
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou o plantário de erros*. Rio

- de Janeiro : Zahar. 1981.
- _____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1987.
- VARELA, J. Genealogia de la escuela: analisis socio-historica del processo de institucionalización de la escuela primaria. *In: Têmpora*. 1986 (9).
- WILLIS, P. *Aprendendo a ser trabalhador*. Porto Alegre : Artes Médicas. 1991.
- ZARIFIAN, P. *Processo de trabalho e produção simbólica*. S/d. S/ed. Contribuição.